

A Dívida da Câmara de Alenquer

Recordo-me que no decorrer do ano de 2007, ter afirmado em entrevista ao jornal Fundamental “ a ruptura financeira da Câmara de Alenquer”, assente na forma de gestão que vinha a ser pratica comum, um orçamento irrealista com valores muito acima do que seria expectável vir a receber, fase aos números conhecidos dos anos anteriores, esgotando no entanto a Câmara as verbas em orçamento, traduzindo-se tudo isto numa única palavra, DÍVIDA. Também por essa altura rapidamente foi desmentido num artigo de opinião do então Presidente de Câmara Sr. Álvaro Pedro, que afirmava que a Câmara tinha uma situação financeira estável. Em 2008, o agora Vice-presidente da autarquia, Dr. João Hermínio, afirmava numa reunião da Assembleia Municipal, que a Câmara tinha uma gestão equilibrada, rigorosa, e que não estava em causa qualquer desequilíbrio nas contas. Portanto a gestão socialista assegurava que “a câmara navegava em águas seguras” e que a chamada oposição estava a ser alarmista. Devo confessar que a olhar para os documentos, e para a forma como era gerida a autarquia no seu dia-a-dia mais me convencia, e tinha razões para afirmar o contrário.

Vamos a factos, e gostaria de pedir para fazerem este exercício comigo, e no final classificarem esta forma de gestão. Apresento um quadro com a receita prevista em orçamento de cada ano, a receita realizada (aquilo que realmente a câmara recebeu), a despesa efectuada (o que se gastou), e a dívida (o que não se pagou).

Ano	Receita Orçamento (€)	Receita Realizada (€)	Despesa efectuada (€)	Dívida (€)
2005	29.911.512,29	19.938.899,51	27.122.746,85	7.346.877,37
2006	37.954.595,50	28.962.442,40	36.547.243,53	7.736.684,75
2007	31.119.631,26	26.095.030,42	30.603.587,91	4.681.639,84
2008	29.993.952,64	23.973.249,71	29.600.851,36	5.821.054,77
2009	37.377.484,73	25.127.850,89	35.631.578,62	10.738.104,47
2010	36.667.383,90	24.771.125,73	34.721.386,44	10.068.787,55

Como se pode perceber, e refiro-me apenas aos anos que estou como vereador, numa palavra muito simples, quem gasta o que não tem como pagar, faz dívida, desequilibra as contas e compromete o futuro. Apesar de todos os esforços do Partido Socialista para “encobrir” os factos, eles saltam à vista de todos, e tão grave quanto isso, comprometem em muito o futuro da autarquia.

No último ano, 2010, ao novo Presidente foi-lhe garantido, por parte da Coligação Pela Nossa Terra (CPNT) a estabilidade política possível para governar, o seu orçamento de Câmara aprovado assim como as alterações propostas, aprovação de um empréstimo para pagar a fornecedores, no valor de 1.000.000,00 €, e contribuição de inúmeras propostas aprovadas por maioria, para a resolução de situações que a Câmara se deparava e às quais era necessário dar resposta. Gostaria de lembrar ainda que aquando da análise dos documentos para a apreciação do orçamento de Câmara para 2010 (Janeiro 2010), a dívida da Câmara apresentada era de aproximadamente 6 milhões €, e que na prestação de contas (três meses mais tarde) passou a ser de aproximadamente 13 milhões €, assumindo que desconhecia estes números e justificando o Sr. Presidente Jorge Riso que se devia a facturas em conferência. Muito bem, ou melhor, muito mal, se o Presidente de Câmara assume que desconhece, então quem deverá conhecer? Quem assina as ordens de despesa da Câmara é o Presidente, ou os vereadores com competência delegada, portanto é estranho dizer não conhecer os próprios actos que autorizou.

No entanto a CPNT como força política responsável, sempre assumiu a exigência por rigor na gestão, e o reequilíbrio das contas da Câmara, por isso solicitou na discussão do orçamento de câmara para 2011, a estratégia, os planos do executivo para o pagamento da dívida e o reequilíbrio das contas, o próprio PEC que tantas outras Câmaras deram a conhecer.

Por aqui em Alenquer, continuámos na mesma, sem respostas, sem acções que apresentem preocupação com a situação financeira da Câmara, ficando-se pela gestão do imediato, sem planear o amanhã. Como prova disso, somos agora confrontados com uma operação financeira de 500.000,00 €, para pagar a 30 fornecedores cuja dívida total é de 1.373.082,27 €, portanto mais do dobro. Foi apresentado assim, como acto isolado, sem nenhuma base de conhecimento das contas no ano anterior, nem nenhum plano de pagamento da restante dívida. Exigimos conhecer os números da prestação de contas de 2010, recorde-se o que se passou no ano anterior, que a dívida disparou para o dobro na prestação de contas, e portanto parece-nos de todo razoável que se tenha conhecimento da situação total para se decidir o que fazer, e pagar não umas migalhinhas a cada fornecedor, mas como assumir a dívida total, e não tomar decisões isoladas. O Presidente de Câmara garantiu na análise do assunto que não estava em causa nenhum fornecimento de serviços à autarquia, apesar desse facto ter sido afirmado por mim, que alguns fornecedores já ponham em causa a continuidade dos serviços à Câmara. Pois é, não é que fui mais uma vez desmentido inicialmente, mas, no espaço de 1 semana, o Sr. Presidente de Câmara assumiu que estariam em causa os serviços de transporte escolar, refeições escolares, limpeza de complexos escolares, abastecimento de combustível à autarquia, e de material de desgaste de funcionamento do dia-a-dia da Câmara.

Afinal tinha mais uma vez razão.

Perante este cenário, autorizamos o Sr. Presidente a efectuar a operação bancária que pretende, através das suas competências próprias, uma vez que revogamos a decisão votada por maioria com 5 votos (nós CPNT somos apenas dois vereadores), de se conhecer primeiro as contas da Câmara e depois apreciar qualquer operação financeira, no entanto exigimos saber e marcar prazo para o Sr. Presidente apresentar a prestação de contas, e a sua estratégia para fazer face à situação financeira da autarquia. Julgamos nós, que esta exigência deveria ser apresentada por auto recriação, e não ser uma exigência da nossa parte, mas como isso nunca aconteceu, lá fizemos a proposta. Finais de Março é a data, vamos esperar para ver.

Entretanto muito se falou, por causa desta operação financeira, que já não se pagava às Juntas de Freguesia, que os vencimentos dos funcionários estariam em causa, enfim uma sucessão de acontecimentos, que se pretendiam traduzir apenas numa vitimização de quem não quer ver a realidade, e que procura desresponsabilizar-se dos próprios actos.

Quem não reconhece os seus próprios actos, nunca será capaz de reverter qualquer situação, e assim está a Câmara Municipal de Alenquer, a “navegar em águas cada vez mais turvas” e sem horizonte à vista, sendo o Capitão desta embarcação da mesma cor política à mais de 30 anos...

Eu gosto muito da minha terra para assistir a tudo isto sem mostrar o meu total desacordo.

Um abraço

Nuno Coelho